

ESCOLAS COMUNITÁRIAS, PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS, FRENTE AO MODELO NEOLIBERAL DE EDUCAÇÃO: TRANSFORMAÇÃO OU ACOMODAÇÃO?

Acácio Nascimento Figuerêdo¹

Universidade Federal de Sergipe

acacioian@zipmail.com.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve início nas investigações desenvolvidas por mim no Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação (NPSE)/UFS, como proposta inicial de um projeto elaborado para o doutorado, tendo como área de conhecimento (História das Instituições Escolares no Brasil). Centra-se em analisar as proposições educativas decorrentes das lutas sociais dos movimentos sociais populares urbanos, especificamente no que tange a busca de escolarização para as camadas populares.

Esse texto pretende trazer uma reflexão inicial a esse fenômeno educativo, que são as escolas comunitárias de Aracaju, a qual tive a oportunidade de constatar um processo de formação de educadores comprometidos com uma educação que potencializasse os educandos, de instrumentos intelectuais necessários à cidadania participativa, substantivada, mediante a transformação da realidade.

Na Dissertação de Mestrado (Os Princípios Políticos e a prática Educativa do CESEP: processos Formativos de uma ONG em Sergipe)¹, quando analisei a prática educativa do CESEP (Centro Sergipano de Educação Popular) no período de 1994-1998 em Sergipe, mostrei as experiências relativas à educação que fazem parte do projeto “Alfabetizando em Parceria”, em que é destacada a criação de algumas escolas comunitárias, no sentido de pressionar o poder público constituído pela construção de escolas públicas, seja da rede municipal ou estadual.

¹ Graduado em Pedagogia. Mestre em Educação na Universidade Federal de Sergipe. Membro do Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação/NPSE – GT/SE - HISTEDBR

¹ FIGUERÊDO, A.N. Dissertação de mestrado, defendida no dia 23 de outubro de 2003 no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, tendo como orientadora Prof^a Doutora Marta Vieira Cruz.

Nesse sentido o presente texto tem como campo de análise as Escolas Comunitárias de Aracaju oriundas dos movimentos sociais urbanos: o Movimento de Defesa da Prainha e a Federação das Comunidades Independentes.

A política educacional brasileira tem o discurso da universalização do ensino, no entanto o que podemos perceber é a exclusão de diversas crianças da classe trabalhadora fora da escola. Diante do processo de globalização em que vivemos é inconcebível que a universalização do ensino continue sendo mero discurso. Nesse sentido essa pesquisa busca contribuir com as práticas sociais educativas, materializadas nas escolas comunitárias que buscam a emancipação e o desenvolvimento das potencialidades cognitivas, sociais e culturais das crianças, jovens e adultos das classes populares. Portanto propõe a criticidade desse fenômeno educativo, enquanto objeto de investigação.

As pesquisas em torno das escolas comunitárias, enquanto proposições educativas, oriundas das experiências dos Movimentos Sociais Urbanos no Brasil não há uma tradição em termos sistemáticos, entretanto é um desafio instigador em apreender este fenômeno educacional pois a realidade sócio-educativa que as mesmas estão inseridas remete à reflexão teórica prática das pesquisas educacionais.

Para a análise do objeto em tela partimos do pressuposto que a teoria não está separada da prática, mas há uma intrínseca relação dialética entre ambas. Isto é faz-se necessário interpretar a pesquisa aqui proposta do ponto de vista da sua totalidade, das múltiplas relações como nos mostra Octávio Ianni² Na análise dialética busca-se desvendar o objeto, seja ele fato, situação ou acontecimento, demonstrando que ele é sempre relação, um modo de relacionamento social. Trata-se de ir ao fundo das relações, de submeter toda interpretação anterior à análise, de apanhar as representações ideológicas construídas sobre o objeto para, a partir daí, conhecer a sua tessitura íntima, as relações sociais que a expressam.

Nesse sentido a análise deste trabalho terá como eixo de relação com o objeto as seguintes categorias: Política Social,, a Questão Social, Neoliberalismo e Terceiro Setor.

² IANNI, O. Dialética & Capitalismo, Apud. MIRANDA.

Para a compreensão crítica das políticas sociais na década de 1990 faz-se necessário interpretar o modelo neoliberal, enquanto expressão hegemônica desse período. Outrossim, evidenciaremos esse modelo de política social na América Latina.

José Paulo Neto (1995:33) mostra que a hiper-inflação constitui um caldo de cultura que favorece o avanço neoliberal. Acrescenta que a instauração democrática na última década, na medida em que não se reverteu efetivamente em melhoria das condições de vida da massa da população na América Latina, engendrou um desalento, uma desqualificação, uma desesperança tais, em face da ação política e dos espaços públicos que, acabam por ser funcionais as propostas neoliberais.

Atílio Bóron (1995) destaca que “há um discurso ideológico auto incriminatório que iguala tudo o que é estatal com a ineficiência, a corrupção e o desperdício... O amálgama da crise estrutural do Estado com o discurso satanizador do setor público diminui a capacidade deste para formular e executar políticas”. Nesta região atualmente a ortodoxia dominante aconselha diminuir o Estado, liquidar suas empresas para fortalecer o setor privado da economia.

Neste sentido o autor mostra que:

No tenso clima produzido pela embriaguez neoliberal, as razoáveis iniciativas tendentes a reformar o Estado transformaram-se, como na Argentina Menemista – em uma irracional cruzada purificadora. Desejosos de provar nos fatos sua intensa adesão aos dogmas do Consenso de Washington, em lugar de erradicar o estatismo – como deformação viciosa de uma instituição como o Estado que, na etapa atual é insubstituível – vários governos da região se entregaram à tarefa de destruí-lo. Na Argentina privatizaram as empresas públicas, amputaram desnecessariamente funções legítimas de fiscalização e controle, ao mesmo tempo em que, com seus misérrimos salários, afugentava seus mais honestos e leais servidores... Toda essa insensatez foi justificada por uma ideologia cruamente privatista.³

O quadro descrito pela análise acima, evidencia as mesmas características no Brasil. Nos governos de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso houve um acentuado incentivo à privatização das empresas públicas e a destruição de direitos sociais historicamente conquistados. As políticas sociais deram lugar à desregulamentação e flexibilização do Estado, no sentido de torná-lo mínimo, transferindo sua responsabilidade para a sociedade civil, ou Terceiro Setor.

³ A. BÓRON. A Sociedade civil depois do dilúvio neoliberal, p. 78-80.

Shirlene & Lara (2003) vai mostrar que “ definição de políticas públicas e sociais é um pouco complexa”. Elas recorrem a Hofling (2001, p. 31), que entende como políticas públicas o “Estado em ação” “[...] é o Estado implantando um projeto de governo através de programas de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. As políticas públicas são aqui entendidas como de responsabilidade do Estado, mas não podem ser reduzidas a políticas estatais, pois envolvem órgãos públicos e agentes da sociedade. E as políticas sociais são entendidas pelas autoras da seguinte forma:

E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (Idem).⁴

As políticas sociais são pensadas para um determinado Estado, “[...] são formas de interferência do Estado visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social.” (Hofling, 2001, p. 31). As políticas sociais assumem, portanto, “feições” diferentes em formas diferentes de Estado e abrangem os campos da educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, etc.

Em relação às vertentes adotadas pelos políticos para governar, cabe salientar que desde o século XVII, quando estava se consolidando a classe burguesa no poder e se definindo o papel do Estado na sociedade capitalista, temos a política liberal como espinha dorsal. Essa política tinha como princípios fundamentais a não intervenção estatal, apoiada no liberalismo e no individualismo. Segundo Moraes (2000, p. 7), a pedra fundamental para o liberalismo costuma ser identificada com Adam Smith (1723-1790), que tinha como princípio a necessidade de desregulamentar e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a três funções: “[...] a manutenção da segurança interna e externa, a garantia dos contratos e a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública”.

⁴ Shirlene V. de Almeida & Angela M. de B. Lara. CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL. Anais do V SEMINÁRIO DO HISTEDBR NO DIA 23/11/2003. (UEM).

No final do século XX, de acordo com as autoras nosso país foi marcado pela adoção de novas vertente políticas, denominadas de neoliberalismo, que vêm se consolidando em vários outros países. Elas levantam alguns pontos sobre o neoliberalismo, para uma melhor compreensão sobre a política atual. Para tanto, utilizaram o texto de Friedman (1988, p. 30). Para ele, o mercado deve regular a maioria das questões na sociedade e o Estado deve ter uma interferência mínima, para manter a sociedade livre.

Se o Estado deve ter atuação mínima, qual a função que os neoliberais delegam ao Estado? Para Friedman (1988, p. 32-39), o cumprimento das regras, para que uma sociedade caminhe, não pode contar somente com os costumes e o consenso; faz-se necessário um árbitro. “Esses são, pois, os papéis básicos do governo numa sociedade livre: prover os meios para modificar as regras, regular as diferenças sobre seu significado, e garantir o cumprimento das regras por aqueles que, de outra forma, não se submeteriam a elas.”, ou seja, fazer aquilo que o mercado está impossibilitado de fazer. “Um governo capaz de manter a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades; sirva de meio para a modificação dos direitos da propriedade e de outras regras do jogo econômico, julgue disputas e promova a competição [...]”.

As autoras atentam que, ao defender um Estado com atuação mínima, não significa dizer que temos uma sociedade livre, sem Estado, mas sim um Estado que tem atuação mínima no mercado e que tem o objetivo de manter a ordem, o direito à propriedade. E como Marx e Engels (s/d) descreveram, um Estado que atenda aos interesses da classe de políticos que estão no poder como se fossem os interesses coletivos da nação, ou seja, o neoliberalismo mantém um governo que atende os interesses da ordem capitalista.

Após esta análise sobre as políticas sociais as autoras evidenciam de acordo com Batista (1994) que:

as políticas adotadas pelo Brasil atendem a acordos internacionais. Ele exemplifica com o “Consenso de Washington”. O Consenso é fruto de uma reunião realizada em 1989 entre funcionários do governo norte-americano, dos organismos financeiros internacionais, do Fundo Monetário Internacional - FMI, Banco Mundial, Banco Internacional de Desenvolvimento - BID e com a presença de economistas latino-americanos, para avaliarem as reformas econômicas na região. O autor apresenta que o objetivo do Consenso era procurar introduzir os países da América Latina,

que ainda não estavam no caminho, nas políticas neoliberais, entre estes o Brasil. Com o Consenso, diz Batista (1994, p. 15), passou-se a admitir um Estado mínimo, ou melhor, a sua falência, priorizando o mercado, prevalecendo o econômico sobre a democracia, pois a democracia não pode impedir o processo de reformas econômicas. O combate à inflação seria às custas do emprego, do salário e do desenvolvimento. Sobre as questões sociais, acreditava-se na auto-regulamentação do mercado natural, não sendo confiada ao Estado a responsabilidade por elas. “Tratar-se-ia de descentralizar ao máximo o setor público pela municipalização dos recursos oficiais e pela mobilização das organizações não-governamentais, sabidamente estrangeiras em sua maioria.” Como a educação está incluída nas políticas públicas sociais, verifica-se, portanto, o viés dado à educação a partir dos anos 90.

A análise até o momento enfocou o neoliberalismo, enquanto modelo de política social, assim faz-se fundamental a análise da questão social. Luis Eduardo W. Wanderley no seu artigo “A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho” vai mostrar que:

Seguindo uma clássica orientação, entender a questão social hoje na América Latina exige uma revisitação crítica da ação dos sujeitos e dos processos histórico-estruturais que instituíram as sociedades do nosso continente... A questão social centra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino americanos. Ela se funda nos conteúdos e formas assimétricos assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada de outras classes e setores sociais que constituem as maiorias populacionais, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais⁵.

Wanderley com base nas formulações de Celso Furtado (1996,p.32-33) vai mostrar que “a globalização traduz decisões políticas tomadas em função de interesses de grupos e países que ocupam posições dominantes na esfera internacional; a situação

⁵ Desigualdade e a questão social. 2ªed. São Paulo:EDUC,2000.

dos países chamados de subdesenvolvidos, mantêm-se a mesma, não obstante a considerável industrialização de muitos deles.

Nessa direção a análise de Carlos Montaña(2002) sobre o terceiro Setor aponta que, o que é chamado de “Terceiro Setor”, numa perspectiva crítica e de totalidade, refere-se a um fenômeno real que para ele “ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta às refrações da “questão social”, seguindo os valores da solidariedade local, da auto ajuda e da ajuda mútua”.⁶

O debate acima evidencia um pressuposto inicial sobre o que seja a “Sociedade Civil”. Ellen Wood (2003) interpreta o conceito de Sociedade Civil na sua essência. A autora trás a análise em Gramsci para a demonstração de sua análise. Segundo ela para Gramsci o conceito de “Sociedade Civil” deveria ser sem ambigüidades, uma arma contra o capitalismo, nunca uma acomodação a ele. Entretanto Wood (2003) expõe que o conceito de “sociedade civil” está sendo mobilizado para servir a tanto e tão variados fins que é impossível isolar uma única escola de pensamento associada a ele.

Para essa autora as correntes atuais procuram fazer uma crítica ao marxismo tradicional, colocando-o como reducionista e economicista, ou, que deixa de levar em consideração a análise às instituições como as famílias, as igrejas, associações científicas, prisões e hospitais. Na sua análise há uma alerta para o fato de que:

a lógica totalizadora e o poder coercitivo do capitalismo se tornarem invisíveis quando se reduz todo o sistema do capitalismo a um conjunto de instituições e relações, entre muitas outras, em pé de igualdade com as associações domésticas ou voluntárias. Essa redução é, de fato, a principal característica distintiva da “sociedade civil”. O efeito é fazer desaparecer o conceito de capitalismo ao desagregar a sociedade em fragmentos, sem nenhum poder superior, nenhuma unidade totalizadora, nenhuma coerção sistêmica – ou seja, sem um sistema capitalista expansionista e dotada da capacidade de intervir em todos os aspectos da vida social⁷.

Essa análise de Ellen Wood é bem evidente na atualidade. O conceito de terceiro setor explicitado por Montaña parece ser uma clara evidência das suas formulações.

⁶ MONTAÑO, C. Terceiro Setor e a Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social, p.186.

⁷ WOOD, Ellen M. Democracia contra Capitalismo. A renovação do materialismo histórico, p.210.

Ao analisar o modelo de intervenção social proposto pelos neoliberais Montañó vai mostrar que “como solução parcial da crise capitalista, o neoliberalismo visa a reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades”. Ele evidencia que “agora o mercado será a instância por excelência, de regulação e legitimação social. O “igualitarismo” promovido pelo Estado intervencionista, segundo o modelo de Estado de Bem Estar Social, deve ser na ótica neoliberal, combatido; no seu lugar, a desigualdade e a concorrência são concebidas como motores do estímulo e desenvolvimento social. Assim de acordo com Montañó:

O projeto neoliberal, que elabora essa nova modalidade de resposta à “questão social”, quer acabar com a condição de direitos das políticas sociais e assistenciais, com seu caráter universalista, com igualdade de acesso, com a base de responsabilidade e solidariedade social... Assim tais respostas não constituem direitos, mas uma atividade filantrópica/voluntária ou um serviço comercializável.

Nesse sentido (Laurell:1995, apud Montañó, p.189) vai ilustrar que “as estratégias concretas idealizadas pelos governos neoliberais para reduzir a ação estatal no terreno do bem estar social são: a privatização do financiamento e da produção de serviços; cortes dos gastos sociais, eliminando programas e diminuindo benefícios; focalização dos gastos para os grupos carentes e a descentralização em nível local”.

Relativo ao objeto deste trabalho cabe ressaltar a análise do mesmo na perspectiva da sua totalidade, ou seja, compreende-lo nas dimensões sociais, políticas, econômicas que compõem o sistema capitalista na sua essência atual.. Assim a política educacional, será analisada, tendo em vista o modelo neoliberal de política social. Em seguida será abordado como pressuposto desta pesquisa as possibilidades de alternativas educativas das escolas comunitárias, oriundas das lutas sociais dos movimentos sociais urbanos, principalmente no que tange aos direitos sociais.

Nesse sentido a política educacional brasileira é interpretada levando em consideração o modelo de política que está em consonância com o projeto neoliberal, isto é, na medida em que a política educacional é uma modalidade da política social, esta, sendo tratada e trabalhada de forma compensatória expressa o modelo neoliberal que é predominante na América Latina.

Saviani constata que a política social é uma expressão típica da sociedade capitalista que a produz como um antídoto para compensar o caráter anti-social da economia própria desta sociedade. Entretanto, a determinação econômica projeta sobre a “política social” o seu caráter anti-social, limitando-se o seu papel às ações tópicas que concorram para a preservação da ordem existente. Diante desta assertiva Saviani coloca que diferentemente numa sociedade socialista, isto é, numa economia socializada, a “política social” perderá razão de ser, pois, toda a política, em cada uma de suas manifestações, inclusive a política econômica, será social já que não haverá mais lugar para a apropriação privada da riqueza produzida socialmente.

Em relação à educação ele considera que:

a educação participa desta luta comum, integrando-se, por esta via, à política educacional no conjunto das políticas sociais. Com efeito, a defesa do ensino público e gratuito e a reivindicação por mais verbas para a educação constituem um dos aspectos da luta pela valorização da política social em relação à política econômica⁸..

O trabalho aqui empreendido compreende que a política educacional brasileira segue a lógica da política econômica, principalmente ao nível de América Latina, os ditames do Consenso de Washington, tendo como pano de fundo a teoria do Capital Humano, o que é explicitado na análise que segue.

José L. Sanfelice (1999) observa “o que diz respeito à formação e capacitação de pessoas; a teoria do Capital Humano é a que melhor tem servido aos interesses das propostas neoliberais, exatamente porque é portadora de uma perspectiva economicista, ou seja, também incorpora a lógica do mercado e a função da escola se reduz à formação dos “Recursos Humanos” para a estrutura da produção. Mais uma vez, o mercado regido pela lei de oferta e procura, é quem imprimirá na educação as características que forem convenientes a ele⁹

Roberto Bianchetti (2001) ao se referir à política educacional implementada pelo neoliberalismo na América Latina afirma que “as tendências teóricas coincidentes com esta concepção social têm relação com a proposta dos objetivos a serem alcançados pelo sistema educativo, no que se refere à formação e capacitação das pessoas”.

⁸D. SAVIANI. Da nova LDB ao plano nacional de educação: por uma outra política educacional. Campinas/SP: Autores Associados, p.122.

⁹ J. L. SANFELICE. O modelo econômico, educação, trabalho e deficiência, p.154.

Entre as teorias coincidentes com a filosofia neoliberal, evidencia-se que:

identifica-se a teoria do Capital Humano como a que por sua perspectiva economicista, responde melhor aos princípios sustentados por esta tendência... Bianchetti expressa que “essa teoria incorpora em seus fundamentos a lógica do mercado e a função da escola se reduz à formação dos recursos humanos para a estrutura da produção¹⁰.”

Outro aspecto destacado pela política educacional de caráter neoliberal por este autor, refere-se ao financiamento na Educação. Para ele:

o papel assumido pelo Estado em relação à educação significa também o apoio à iniciativa privada. Esta estratégia tem sido desenvolvida nos últimos anos por diferentes governos latino americanos, o que levou a uma perda de qualidade da educação pública e a uma tendência crescente de sua substituição pela educação privada, vista como portadora de maior qualidade e eficiência (2001:101).

Diante do que foi exposto fica evidente que o modelo de educação neoliberal procura se estabelecer como hegemônico na América Latina, tendo obviamente consonância a nível regional e local, no entanto há contradições evidenciadas pelo resultado empreendido na década de 1990, aonde o Brasil não resolveu os problemas básicos do sistema educacional.

Neste sentido é importante ressaltar que diante da destruição dos direitos sociais e dos serviços públicos deteriorados, como a educação, saúde, segurança, entre outros houve mobilizações e proposições no sentido da busca de alteração desta realidade. Percebo que no sistema capitalista evidenciado pelo modelo acima demonstrado segue as mesmas características dos tempos passados, isto é, a destruição humana na sua forma mais cruel; destruindo nossas potencialidades, enquanto classe trabalhadora.

Outrossim, acredito que as formulações de Karl Marx(1999) continuam atuais. No que se refere à análise sobre as escolas comunitárias é pertinente suas colocações sobre o trabalho infantil na perspectiva capitalista, bem como a contraposição a essa perspectiva. Marx discute o tempo livre da seguinte maneira:

¹⁰ R. BIANCHETTI. Modelo Neoliberal e políticas educacionais, p.98.

Se Sênior demonstrou que o lucro líquido dos fabricantes, a existência da indústria têxtil inglesa e a grandeza da Inglaterra no mercado mundial dependem da “última hora de trabalho”, encarregou-se o Dr Andrew Ure de provar que os meninos e jovens menores de 18 anos, ocupados nas fábricas, se expõem ao risco de perder sua alma na ociosidade e no vício, se forem lançados “uma hora antes” no mundo exterior, impiedoso e frívolo, ao invés de ficarem confinados 12 horas inteiras na atmosfera aconchegante e moralmente pura das fábricas... Essa impiedosa alegação de “ociosidade e vício” deve ser anatematizada como a tartufice mais perfeita, a hipocrisia mais cínica¹¹.

Portanto nos relatórios dos inspetores de fábrica apresentados por Marx é explicitada a forma objetiva de exploração às crianças da classe operária.

Mario Alighiero Manacorda (2000, p.92) ao analisar os escritos de Marx, relativo à educação trata desta questão. Ele expõe que “a situação real na metade do século XIX era de que as crianças pertencentes as classes trabalhadoras ainda não possuíam qualquer direito ao ensino escolar, reservado as crianças das classes possuidoras” Sua análise mostra que “a fábrica não permitia qualquer formação para o trabalho, do tipo artesanal, destruídas as escolas artesanais, exigia das crianças apenas um trabalho sem aquisições técnicas e culturais, sem perspectivas de progresso... Nestas condições a exigência de associar o ensino ao trabalho para as crianças significava enfatizar o fato novo da inserção das crianças no coração da produção moderna, para no entanto, extrair desse novo fato formas mais avançadas de vida e de relações sociais. Significava, por outro lado, restituir as classes artesãs e camponesas – que tinham sido expropriadas de uma forma de ensino que lhes pertencia, mas era limitada – uma forma superior de ensino, ligada a novas e mais avançadas (e, por isso mesmo, mais contraditórias) relações de produção).

Segundo Manacorda “Marx reforçará a exigência de vínculo precoce do ensino ao trabalho produtivo, como um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade”, mas sendo estabelecido na legislação o tempo de horas, que não deve segundo Marx passar de 6 horas até os 17 anos.

No sentido de estabelecer uma análise pertinente do objeto de estudo ora apresentado; faz-se necessário uma abordagem específica relativa a participação da

¹¹ MARX,K. O Capital. Crítica da Economia política, p.264.

Sociedade Civil, enquanto espaço de proposições alternativas ao modelo neoliberal implementado com mais ênfase na década de 1990.

Nessa direção Carlos Montaño(2002,p.2820) aponta para a “necessidade de que, no âmbito da sociedade civil, as pessoas, os movimentos sociais, as ONGs, as associações comunitárias, participem ativamente do processo de lutas sociais”. Segundo esse autor “um sistema social sem a ativa participação dos setores progressistas, populares, trabalhistas, subalternos, explorados, remete a uma ordem congelada e inteiramente dominada pelas elites sociais”. Assim Montaño explicita que:

As lutas dos movimentos sociais, das organizações comunitárias, das associações e grupos pró defesa de direitos sociais, os sindicatos, com o claro e nítido apoio de organizações articuladoras (ONGs, instituições de promoção, partidos políticos), resultam indispensáveis se pensarmos, no curto prazo, no enfrentamento ao processo neoliberal de reestruturação social (produtiva, comercial, normativa, legal, estatal), e no médio e longo prazo, na transformação da ordem (ob.cit:263).

Numa abordagem crítica da educação relativa ao processo de globalização Antonio Faúndes trás uma análise sugestiva para este trabalho. Faúndes (2001) questiona “quais são os efeitos da globalização na educação e na cultura, através do mundo?” O mesmo autor nos alerta “parece-nos que esta globalização tem a pretensão de homogeneizar as culturas e, evidentemente as educações em nome da racionalização. A cultura proposta como a única é aquela do Ocidente com uma predominância dos EUA e de seus aliados Anglo-Saxões”.

Do ponto de vista à análise específica deste objeto é ilustrativa as considerações de Faúndes (2001) sobre a resistência das classes populares. Ele nos remete a três poderes fundamentais ao processo histórico: o poder político (democrático ou autoritário) que se localiza no domínio das decisões; o poder do ter (propriedade dos meios de produção, capital, etc.); e finalmente o poder do conhecimento (saber científico, técnico, filosófico, saber fazer etc.). Postulando a possibilidade de uma contra cultura, de uma transformação nas bases da realidade este autor coloca o seguinte “estamos convencidos de que nosso trabalho educativo com as camadas populares se realiza especialmente no domínio do poder do conhecimento. Parece-nos essencial compreender que nosso trabalho só pode incidir indiretamente no domínio dos outros poderes

Para estabelecer um enfoque interpretativo deste objeto de investigação remete as reflexões sobre os movimentos sociais urbanos. Outras abordagens interpretativas foram trabalhadas na literatura sobre Movimentos Sociais no Brasil. O estudo aqui empreendido destaca o trabalho de Telma Guimarães de Miranda¹², pois ela fez uma análise abrangente nesta literatura.

É do ponto de vista sociológico crítico que a autora toma como fundamental, para radicar em Florestan Fernandes a origem das influências sobre os modos de pensar dos sociólogos que, a partir de 1977, trabalham a temática dos movimentos sociais no Brasil. Mostra que a principal conotação teórica da obra de Florestan é dada pela ênfase nas forças e relações sociais:

É nessa perspectiva que (MIRANDA:1997, p.413) ao analisar os movimentos sociais urbanos, sobretudo fundamentada em Florestan Fernandes vai mostrar que:

O que motiva a aglutinação dos moradores em movimentos sociais, é a consciência das carências relativas a elementos vitais dos quais os moradores dos bairros periféricos são excluídos. Comparando a sua situação com a de outras classes e com o progresso da cidade como um todo, sentem-se excluídos e com direito de reivindicarem para obterem melhorias em sua qualidade de vida. Isso motiva a organização e a deflagração de ações reivindicativas, dando conteúdo aos movimentos sociais das classes populares.

Assim a abordagem aqui expressa, possibilita uma interpretação crítica da análise dos movimentos sociais no Brasil.

É sobre a consciência das carências relativas as carências vitais: saúde, alimentação e educação que os movimentos sociais urbanos reivindicam e constroem proposições. As escolas comunitárias têm sido espaços em que estas proposições acontecem, no sentido de fazer a crítica da política social excludente do modelo neoliberal.

Paulo Freire nos seus últimos escritos trás uma reflexão concreta da possibilidade de uma transformação da educação e da sociedade. Ele nos diz que “Na medida em que o futuro é problemático é fundamental a resistência ao descaso ofensivo de que os

¹² MIRANDA, T. Guimarães. Movimentos sociais no Brasil: balanço da literatura, 1970-1995, p. 207.

miseráveis são objetos. No fundo, as resistências a orgânica e/ou a cultural – são manhas necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos”. Freire(2000) com a pedagogia progressista propõe uma possibilidade de uma educação voltada aos interesses e manhas populares. Segundo Freire:

Uma das questões centrais com que temos de lidar é a promoção de posturas rebeldes em posturas revolucionárias que nos engajam no processo radical de transformação do mundo. A rebeldia é ponto de partida indispensável, é deflagração da justa ira, mas não é suficiente. A rebeldia enquanto denúncia precisa de se alongar até uma posição mais radical e crítica a revolucionária, fundamentalmente anunciadora. A mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho¹³

Partindo dessa análise é possível identificar que as escolas comunitárias oriundas dos movimentos sociais urbanos constituem um espaço potencializador de resistências propositivas de uma educação estritamente vinculadas às lutas sociais das classes populares. Outrossim é importante ressaltar a participação de ONGs e Associações de Escolas Comunitárias que atuam na formação teórica e prática junto aos educadores desses movimentos.

A problemática da educação constitui um fio condutor que requer uma apreensão da realidade social. Afrânio Mendes Catani ao abordar o pensamento de Florestan Fernandes ; mostra que “a tradição de excluir os de baixo da escola continua a ser o melhor caminho para neutralizar ou enfraquecer a luta de classes. Os que mandam pensam que o conformismo nasce e se multiplica por essa via. Ela é no entanto, o combustível que torna explosivas as rebeliões sociais [...]. O conservantismo tosco ou egoístico possui um conteúdo neocolonial certo: o incentivo à alienação das consciências”. Citando Florestan conclui:

As culpas são hipocritamente transferidas aos professores e as escolas, como se elas moldassem sua ruína por gosto e incapacidade... Ou o Brasil culto, ou o Brasil da sensibilização e Barbárie, não tem escolha! Cada um de nós constitui um soldado desta causa ou compartilhará da vergonha que a tradição exclusivista acarreta¹⁴.

¹³ FREIRE, P. Pedagogia da indignação. Cartas pedagógicas e outros escritos, p.81.

¹⁴ CATANI, Afrânio Mendes. Um educador engajado In: Florestan ou o sentido das coisas, p.140

Essa análise de Florestan remete o quanto à educação pública são intencionalmente destruídas pela elite, visto que se a classe popular tiver uma escola pública crítica e formar seres conscientes críticos e culturais constitui um risco de transformação da realidade vigente. Esse trabalho parte do pressuposto que as escolas comunitárias são criadas geralmente aonde não há ainda escola pública nas comunidades periféricas. Elas surgem exatamente nas reivindicações nos órgãos públicos de construções de escolas nessas comunidades. Quando há uma organização popular que vai além de ser reivindicativas para ser propositiva, no sentido de exigir uma escola pública de qualidade.

Nesta direção Ana Maria do Vale observa que “uma proposta de educação pública voltada para os interesses da maioria da população brasileira não poderá ser construída apenas por iniciativa do Estado”

cuja medidas governamentais, contrárias aos interesses e necessidades populares, denunciam o auto grau de comprometimento com a classe dominante do país. Ao contrário a escola pública popular que buscamos será fruto dos movimentos organizados da sociedade civil, dos esforços e lutas de resistência empreendidas pelas camadas populares frente às imposições sociais que lhe são postas. Daí a importância de resgatarmos historicamente o processo de organização política de alguns desses segmentos, entre eles a caminhada dos educadores e sua luta pela expansão e melhoria da educação pública¹⁵.

A autora tendo em vista a abordagem gramsciana em educação explicita que “não estando a educação limitada especificamente as relações pedagógicas travadas apenas no interior da escola, seu raio de relação amplia-se por toda sociedade no seu conjunto e por entre os homens”

“entre camadas intelectuais e não intelectuais, entre governantes e governados, entre elite e seguidores, entre dirigentes e dirigidos, entre vanguardas e corpo do exército” (Gramsci:1987:37). Daí a afirmação gramsciana que toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica, atribuindo à educação uma função não somente pedagógica, mas essencialmente política (ob. cit:1996:47).

¹⁵ VALE, Ana Maria do. Educação Popular na escola pública,p.20.

Portanto a educação desenvolvida nas escolas comunitárias oriundas das lutas sociais dos movimentos sociais urbanos é fundamental para proposições à educação pública qualitativa e transformadora. Emerge no movimento de transformação da sociedade. Igualmente a escola é vista como espaço de transformação social; ou seja, é importante ressaltar que as escolas comunitárias não assumem a responsabilidade do Estado. É aqui que remete o problema se as escolas comunitárias são espaços de construção de uma nova cultura pública, diferente das organizações privadas do terceiro setor; ou são práticas que acabam se acomodando a essas organizações de cunho neoliberal?

Para enfocar a investigação exposta neste trabalho destaco o olhar do objeto em tela através de entrevistas, documentos e artigos científicos sobre o trabalho educativo das escolas comunitárias em Aracaju (Federação das Comunidades Independentes, CESEP - Centro Sergipano de Educação Popular), e o Centro de Cultura e Educação Popular (CECUP) assim como o texto sobre as escolas comunitárias em Pernambuco produzido pela EQUIP (Escola de Formação Quilombo de Palmares).

Em Entrevista com Normando Batista⁷ ele mostrou que:

O CECUP é uma ONG (Organização Não Governamental) que tem origem há 20 anos. O CECUP não aceita que a Educação Popular nas escolas comunitárias tem que ser feita de qualquer jeito. É necessário que tenha um processo de formação com os educadores. A escola comunitária deve ser mais pública do que a escola pública do sistema formal. As vezes se confundem o público com o estatal. O trabalho de Educação Infantil desenvolvido pelas escolas comunitárias associadas à Associação de Escolas Comunitárias de Salvador são modelos com o trabalho de formação de professores e a exigência de qualidade pedagógica. Na nossa concepção é preciso democratizar a democracia, fazer que os espaços tornem-se democráticos. O CECUP é uma ONG que tem uma relação orgânica com o Movimento Popular. O papel das ONGs é fortalecer e articular a sociedade civil, formular proposição de políticas públicas e fazer o controle social. O CECUP foi chamado para coordenar processos de formação de educadores em Bahia, Sergipe e Pernambuco. Nesses cursos de formação de educadores procurávamos destacar

⁷ Entrevista realizada no dia 04 de novembro de 2001 em Salvador na ocasião do Encontro de Educação Popular. Normando é Coordenador do CECUP e Sócio da ABONG (Associação Brasileira das ONGs).

que na nossa concepção de alfabetização o ler e escrever deve está vinculada com a cidadania, com a visão política da realidade e com a visão de mudar a realidade.

Outra Organização Social fundamental nas análises da investigação relativo a este objeto de pesquisa refere-se as Associações de Educadores das Escolas Comunitárias. Aqui faremos referência a “Associação de Educadores de Escolas Comunitárias de Pernambuco AEEC/PE, que atua nos bairros periféricos dos municípios de Pernambuco. Sua proposta é incluir os educandos oriundos das camadas populares que não conseguem ser atendidos pela rede pública de ensino fundamental, dada a grande”⁸.

Para compreender a importância dessa organização social faz-se necessário o conhecimento do processo histórico que a constituiu. Segundo as autoras “as Escolas Comunitárias surgem da necessidade dos filhos das comunidades de acesso a escola da rede pública. Uma história com origem em 1942”

à época um sistema público não governamental chamado “escolas da comunidade, que se espalharam a partir do Recife para o país, tendo à frente uma equipe de jovens idealistas”⁹. Para Guimarães e Costa essas escolas surgiram devido ao crescimento populacional bastante elevado, da ordem de 46 % no período entre 1920-1940, acirrando as contradições urbanas referentes a oferta de bens de consumo coletivo, que não correspondiam às demandas por serviços. (César, 1995, apud, ibid).

Já na década de 80 muito mais que um projeto educativo para os não inclusos do sistema público do ensino, as escolas comunitárias se propõem a ser agentes sociais de transformação... A mais antiga escola comunitária foi fundada em 1978, no entanto só em 1986 as Escolas Comunitárias constituíram a AEEC/PE. Naquele período, seu objetivo era o fortalecimento das iniciativas comunitárias pró-educação para todos, com qualidade e que levassem em consideração o acervo cultural e o conhecimento construído pelos agentes envolvidos no processo educativo (doc:04:01).

As autoras evidenciam que a opção pedagógica da AEEC é a Educação Popular, priorizando nos anos de 1990 de um modo geral a qualificação de sua prática, através de encontros e seminários para debater temas de relevância na política educacional e de

⁸ Edijane M^a Guimarães e Mônica Rodrigues Costa. Escolas Comunitárias: entre o estatal e o público. In: Movimentos Sociais e Educação Popular no Nordeste. Recife: Escola de Formação Quilombo de Palmares – EQUIP, 2004. (Série Educação Popular 2).

⁹ (Filho, Jesus e Souza, 1993) apud ibidem.

curso de capacitação para seus educadores, merendeiras e coordenação pedagógica. Esses encontros têm o objetivo de favorecer um diálogo permanente entre as experiências. Ibid:120).

Para explicitar melhor o objeto desta investigação faremos referência ao trabalho desenvolvido pela Federação das Comunidades Independentes de Aracaju, através de jornais locais e documentos acadêmicos sobre as Escolas Comunitárias de Aracaju.

O processo de exclusão social historicamente explicitado na nossa formação cultural e social é evidenciado na década de 1990.

Para Wanderley em *Desigualdade e a Questão Social*(2000,p.114) “os ajustes estruturais determinados pelos organismos internacionais, o mercado colocado como única via de felicidade, as políticas fiscais e tributárias executadas desde a nova República, segundo o autor:

Trouxeram resultados gravíssimos de pauperização, de violência, de tráfico de drogas, entre outros, tornando a situação urbana um elemento crítico da questão social abrangente... as reformas constitucionais propostas, e outras já encaminhadas na área social, mostram que os governos latino-americanos estão seguindo à risca os ditames do Banco [Mundial], do Fundo Monetário Internacional, do Consenso de Washington, e dos países ricos.. As políticas sociais inexistem ou são muito restritas.

Neste sentido as políticas para saneamento básico, saúde, educação, segurança, entre outras, são inexistentes, principalmente para as classes populares; uma vez que é na favela e nas comunidades, onde a pobreza é uma realidade visível que fica evidente a falta de políticas sociais.

Esse descaso relativo às políticas sociais é explícito nos jornais. Numa entrevista intitulada “Descaso do governo” é mostrado que:

Falta de estrutura, saneamento básico, marginalidade constante e nenhuma atenção das autoridades. Essa é a situação das comunidades Barreiros e Recanto dos Pássaros no Bairro Roza Elze em São Cristóvão. Lá vivem cerca de quatro mil pessoas sem qualquer assistência médica ou direito à Educação... Casas isoladas, pessoas desinformadas da realidade, e analfabetismo são características comuns dessas comunidades¹¹

¹¹ Jornal da Cidade. População da Roza Elze sofre com total estado de abandono. s/d.

A realidade da escola pública nessas comunidades é outro aspecto evidenciado. O desprezo por parte de quem gerencia o ensino público é algo instigador para quem acredita na universalização do ensino; e ainda mais quando as leis enfatizam isso. Entretanto não é o que presenciamos. Nos jornais é noticiada essa realidade:

Cerca de 100 crianças na faixa de 3 a 6 anos de idade estão fora da sala de aula este ano. No último semestre do ano passado a direção da escola que funciona no Centro Social Tereza de Calcutá recebeu um ofício da Secretaria de Educação do município, encerrando as atividades da escola que está localizada no Largo da Aparecida... Há muito tempo a escolinha está funcionando sem a mínima condição. Há goteira por toda a parte; dois banheiros que não oferecem condições de uso, carteiras destruídas, vidraças quebradas... Os moradores do bairro estão revoltados com a determinação do prefeito Wellington Paixão. Segundo eles o prefeito deveria era reformar a escola que é a única que possui pré -escolar¹²

No sentido de dar uma resposta a essa realidade apresentada nas notícias; é que os movimentos sociais urbanos reivindicam providências governamentais e resistem com alternativas propositivas. É quando surgem às escolas comunitárias que inicialmente buscam a conquista de uma escola pública na comunidade, contudo à medida que não conseguem, buscam construir além de escolas; uma proposta educativa alternativa ao modelo oficial. Esse aspecto também é objeto de notícia:

“Vamos educar uma criança carente”, Foi com este objetivo que o Presidente da Associação Comunitária Maria Aparecida, Cícero dos Santos moveu uma campanha para oferecer às crianças do povoado Várzea Grande; uma escola comunitária. A Escola Educacional Márcia Cristina – este foi o nome escolhido pelos moradores, devido ela ser a professora que irá educar as crianças. Este trabalho contou com a contribuição de várias pessoas: Cantor e compositor George Martins Freitas Filho, o psicólogo Jordanez Lacerda Brito, entre tantas outras. Os trabalhos serão orientados por três diretores das escolas das redes estadual e municipal e uma assistente social. A ornamentação da escola, como a abertura de faixa e pintura ficou por conta do pintor e desenhista José Maria Fontes Neto. Através da participação dessas pessoas, é que as crianças da Várzea Grande serão alfabetizadas¹³

¹²Jornal da Cidade. Secretaria fecha escola e prejudica Largo da Aparecida. Domingo, 15/03/1992.

¹³ Jornal de Sergipe. Associação Lança Campanha. Terça, 29/01/1991.

As ações sobre o trabalho educativo da Federação das Comunidades Independentes com as escolas comunitárias são objetos de notícias:

A Federação das Comunidades Independentes (FCI) vem desenvolvendo o projeto “Vamos Renascer e Crescer com Educação, Esporte e Lazer”. O coordenador da FCI, Cícero dos Santos explicou que o atendimento às comunidades do Largo da Aparecida, no Bairro Jabotiana; Recanto dos Pássaros e Loteamento Universitário. Essas comunidades segundo ele são próximas e concentram uma população bastante carente, desprovida da falta de energia e outras necessidades básicas, como escola. Vários sindicatos e entidades estão envolvidos no projeto, fornecendo apoio financeiro e mão de obra. Depois de muita luta e, contando também com o apoio da própria comunidade, foi possível construir uma escola comunitária no Largo da Aparecida para atendimento às crianças e aos adolescentes... Para Cícero dos Santos é possível a construção de saídas para as dificuldades dos adolescentes e das crianças. “Temos que tira-los dos vícios, das drogas e da criminalidade, dando-lhes as ferramentas para esta saída que são a cultura, saúde, lazer e profissão”¹⁰.

As escolas comunitárias estão inseridas em um contexto sócio-político explicitado nas relações sociais. Portanto concluo este texto com a esperança de possibilitar uma análise crítica sobre um fenômeno educacional pouco analisado e investigado; bem como contribuir com uma análise real sobre a problemática da educação brasileira; pois se a educação pública municipal, estatal e federal fosse prioridade em termos de avanço a uma sociedade democrática e cidadã, as escolas comunitárias não precisariam existir, visto que o conceito do que seja público acredito está sendo muito relativo, aonde historicamente a educação pública tem sido privatizada em diversas instâncias.

Referências Bibliográficas

¹⁰ Notícia do Jornal de Sergipe, 17 de Janeiro de 1998.

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2001 (Coleção Questões de Nossa Época; v.56).

BÓRON, Atílio . A Sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: Emir Sader e Pablo Gentili. **Pós- neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (p. 78-80).

CATANI, Alfrânio. Um educador engajado. In: MARTINEZ, Paulo H. **Florestan ou os sentidos das coisas**. São Paulo; BOITEMPO, 1998.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação. cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo:UNESP, 2000

MARX, K. **O Capital: crítica da Economia Política**. 17ªed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1999.

MIRANDA, T. G. de. **Movimentos sociais no Brasil: balanço da literatura, 1970-1995**. São Paulo. F.F.L.C.H. – USP (Tese de doutorado em Sociologia).

MONTANO, C. **Terceiro Setor e a questão social: critica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

Shirlene V. de Almeida & Angela M. de B. Lara. Considerações sobre a legislação e as políticas públicas e sociais para a Educação Infantil. Anais do V SEMINÁRIO DO HISTEDBR NO DIA 23/11/2003. (UEM).

MONTANO, C. **Terceiro Setor e a questão social: critica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

SANFELICE, J. L. O modelo econômico, educação, trabalho e deficiência In: LOMBARDI, J. C. **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas/SP; Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC:UNC, 1999.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao plano nacional de educação: por uma outra política educacional**. Campinas/SP: Autores Associados, 1998.

VALE, Ana Maria do. **Educação Popular na escola pública**. 2ªed. São Paulo: 1996.

WANDERLEY, Luís E. **Desigualdade e a questão social**. 2ªed. São Paulo: EDUC, 2000.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo. A renovação do materialismo histórico.** São Paulo: BOITEMPO, 2003.